

Apresentação

Maria Carolina Maziviero¹ e Eneida de Almeida²

No início de 2017, o Conselho Editorial deliberou que a organização dos últimos números de cada ano da revista **arq.urb** correspondesse a uma edição temática bilíngue (português/inglês) organizada pelos editores que se comprometem a realizar o trabalho em conjunto ou alternadamente. Nesse ano, a edição temática ficou a cargo de Fernando Vázquez, que reuniu artigos ligados ao universo das curadorias e exposições de arquitetura.

periferia Norte e Leste de São Paulo e a transformação de seus atores e agendas na luta pelo direito à cidade; os meus, ligados às ações de memória e de preservação do patrimônio em uma perspectiva alargada de reconhecimento e documentação em prol da afirmação das identidades individuais e coletivas, tendo em vista a valorização de uma representação simbólica em concomitância com a afirmação da cidadania.

1. Professora Dedicção Exclusiva do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná (DAU-UFPR). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Londrina (UEL/2003), especialista pela Universidade Católica de Santos - UNISANTOS (2005), mestre (2008) e doutora (2013) em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, FAUUSP, com estágio doutoral no Institute of Urban and Regional Development da Universidade da Califórnia, Berkeley.

2. Professora da Universidade São Judas Tadeu em Regime de Tempo Integral, atua na Graduação e no Mestrado Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo. Possui doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAUUSP (2010), Mestrado em Studio e Restauro dei Monumenti - Università degli Studi di Roma La Sapienza (1987) e Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, FAU-USP (1981). É coeditora da revista eletrônica arq.urb, do PGAUR/USJT.

Neste ano de 2018 a organização do número temático coube a mim, Eneida de Almeida, que optei por realizar esse trabalho em parceria com Maria Carolina Maziviero, também professora do PGAUR-USJT (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas), naquele momento em que se delineou a proposta, com quem compartilho frutíferas produções acadêmicas em que fundimos nossos interesses específicos: os de Maria Carolina Maziviero, relacionados ao ativismo urbano e ao processo de produção e apropriação do espaço urbano, contextualizando preferencialmente a

No curso deste trabalho Maria Carolina Maziviero deixou o PGAUR para assumir uma vaga como Professora em Regime de Dedicção Exclusiva do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Este fato não interrompeu de modo algum a continuidade dos afazeres ligados à organização da presente edição – inversamente, aponta para novas perspectivas de interlocução, agora em termos de cooperação interinstitucional.

O interesse por temas ligados aos processos participativos e às experiências de apropriação e pro-

dução do espaço urbano ganha importância com a percepção de que a segregação socioespacial mostra-se como um dos aspectos mais persistentes do fenômeno urbano contemporâneo. Vinculada tanto à lógica hegemônica de mercado, quanto aos modelos dominantes da ação do Estado que priorizam os direitos da propriedade privada e a taxa de lucro sobre todas as outras instâncias de direito, ela contribui para colocar a questão do direito à cidade, nos termos assinalados por Henri Lefebvre, entre os temas centrais da discussão acerca das cidades contemporâneas.

Esse fenômeno tende a se aprofundar à medida que se observa o enfraquecimento dos processos democráticos. Daí a importância do papel das resistências ao ocupar brechas, indicar porosidades, viabilizar espaços de maior capilaridade política e criativa, bem como traçar alternativas para além das lógicas mercadológicas, da expectativa de rentabilidade, que apontem, ao contrário, para outras formas possíveis de propriedade, de intervenção arquitetônica, de planejamento e de produção do espaço urbano.

Nesta perspectiva, revela-se essencial compreender as dimensões do espaço cotidiano, percebido, vivido, nas quais se ancoram novos modos de agenciamento espacial e procedimentos metodológicos implícitos nas práticas de subversão dos modelos instituídos, fazendo prevalecer outras formas de mediação e de participação normalmente preteridos.

Estas preocupações encontram uma possível convergência no novo ciclo de protestos contra o modelo econômico e as estruturas dos governos representativos, que ganharam notável expressão global a partir de 2011, acentuando as tensões entre os movimentos sociais urbanos e o Estado, e agravando a crise de legitimidade da atual democracia representativa. A situação econômica mundial, permeada pelo aumento do desemprego e pela relação desfavorável entre receitas e despesas, que resultou em medidas de austeridade por grande parte dos governos, pode ser apontada como a razão fundamental dos protestos. São lutas essencialmente calçadas no urbano e colocam em cheque a produção da cidade contemporânea.

Segundo as abordagens aqui reunidas, os paradigmas de intervenção urbana tradicionais, tanto modernistas quanto neoliberais, parecem não mais viáveis de execução diante das contradições do espaço, que explodem no plano institucional. E neste momento de avanço mundial do conservadorismo e do fascismo, entendemos que o desafio colocado ao campo dos estudos urbanos é lidar com essas novas realidades criadas a partir das práticas espaciais em sua subversão cotidiana, ou seja, na dimensão do espaço imediato, percebido, experienciado. Compreendê-las, admitindo outras formas de mediação e de participação negligenciadas pela prática tradicional, é fazer o enfrentamento necessário para se opor às frequentes ameaças ao

direito de todo cidadão ao espaço da cidade.

É com base nesses pressupostos, portanto, que se lança este número especial da revista acadêmica arq.urb. A ideia de superação aqui colocada não pretende destruir as práticas tradicionais, mas incorporar à lógica formal este entendimento e tratamento do empírico. O volume reúne dez artigos que iluminam o tema a partir de três abordagens complementares, a saber: i) uma teórico-conceitual, proposta nos quatro primeiros artigos; ii) uma guiada pela dimensão cultural e simbólica, presente nos três seguintes; e, iii) uma abordagem a partir da análise de experiências concretas, trazidas nos três últimos textos.

Esta edição temática foi concebida no mês de março deste ano e quis o acaso que tivesse o seu lançamento coincidindo com o agravamento do quadro político, em que se alardeia a criminalização dos movimentos sociais. Só nos resta desejar que este conjunto de artigos se disseminem e possam, ao se unir a outras vozes, trazer o sopro de melhores ventos.

Seguimos inspirados em Giorgio Agamben que, na publicação de *O que é o contemporâneo?* e outros ensaios (2009), deixa algumas pistas para enfrentarmos os desafios que temos diante de nós:

(...) o contemporâneo não é apenas aquele que, percebendo o escuro do presente, nele apreende a resoluta luz; é também aquele que, dividindo e interpolando o tempo, está a altura de transformá-lo e de colocá-lo em relação a outros tempos, de nele ler de modo inédito a história, de “citá-la” segundo uma necessidade que não provém de maneira nenhuma do seu arbítrio, mas de uma exigência à qual ele não pode responder. É como se aquela invisível luz, que é o escuro do presente, projetasse sua sombra sobre o passado, e este, tocado por esse fecho de sombra, adquirisse a capacidade de responder às trevas do agora.

E que possamos, como sugere o filósofo, ao enfrentar a vida contemporânea com uma atenção dirigida a esse não-vivido em todo o vivido, recobrar a capacidade de responder às trevas do agora. ■